



**CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2025**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



**GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

**Senhores Acionistas:** A administração da PROCERGS - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, bem como aos nossos usuários, fornecedores e demais entidades com as quais mantemos relações e a comunidade sul rio-grandense, as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A DIRETORIA**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

ATIVO				PASSIVO			
	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		<b>298.590</b>	<b>233.932</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>129.491</b>	<b>140.454</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.a	182.800	112.724	FORNECEDORES	4.n	13.788	18.785
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		182.800	112.724	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	26.803	24.322
CRÉDITOS		101.664	108.534	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.p	33.304	30.809
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	86.898	75.128	PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.q	32.026	30.549
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(2.377)	(3.384)	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	22.000	34.100
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	3.605	1.013	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.570	1.889
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECUPERAR E COMPENSAR	4.e	8.542	30.525				
OUTROS CRÉDITOS	4.f	4.996	5.252	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>33.317</b>	<b>17.211</b>
ESTOQUES		4.799	618	FORNECEDORES	4.n	0	52
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.g	5	5	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	5	33.317	17.159
MATERIAIS INDIRETOS	4.g	303	263				
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.h	4.491	350	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>162.808</b>	<b>157.665</b>
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	9.327	12.056				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>86.288</b>	<b>68.776</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		26.843	22.487	CAPITAL SOCIAL		291.089	203.219
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS/JUDICIAIS	4.j	26.843	22.435	CAPITAL SUBSCRITO	6.a	291.089	203.219
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.i	0	51	RESERVAS DE CAPITAL		8	8
INVESTIMENTOS	4.k	151	151	C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8
IMOBILIZADO	4.l	52.058	44.864	(-) AÇÕES EM TESOURARIA		(86)	0
INTANGÍVEL	4.m	7.236	1.273	PREJUÍZO ACUMULADO	6.b	(68.941)	(58.184)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>384.878</b>	<b>302.708</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>222.070</b>	<b>145.043</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>384.878</b>	<b>302.708</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

	Nota Explicativa	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>7.a</b>	<b>603.750</b>	<b>515.621</b>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	7.a.1	(82.590)	(76.205)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>521.160</b>	<b>439.416</b>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	7.b	(404.396)	(356.732)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>116.764</b>	<b>82.684</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(128.704)</b>	<b>(105.408)</b>
DESPESAS COM VENDAS	7.c	(10.066)	(10.817)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	7.d	(138.561)	(105.831)
DESPESAS FINANCEIRAS	7.e	(397)	(388)
RECEITAS FINANCEIRAS	7.e	20.320	11.628
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		1.200	7.393
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(10.740)</b>	<b>(15.331)</b>
OUTRAS RECEITAS		1	76
OUTRAS DESPESAS		(18)	(1.338)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(10.757)</b>	<b>(16.593)</b>
IMPOSTO DE RENDA	7.f	-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.f	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.g</b>	<b>(10.757)</b>	<b>(16.593)</b>
Prejuízo por lote de mil ações		0,01	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

	2025	2024
<b>1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(10.757)	(16.593)
<b>AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:</b>		
DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO	28.179	28.162
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2.377	3.384
<b>RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>19.799</b>	<b>14.953</b>
<b>VARIAÇÕES DO ATIVO</b>		
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(15.155)	(1.519)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(2.336)	(1.648)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(4.407)	(811)
AUMENTO DOS ESTOQUES	(4.181)	700
REDUÇÃO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	21.983	(10.629)
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	2.781	10.283
<b>VARIAÇÕES DO PASSIVO</b>		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	2.845	5.864
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	1.643	448
AUMENTO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS-PPR A PAGAR	1.178	2.845
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	838	1.126
AUMENTO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	4.058	(9.013)
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(5.048)	(12.317)
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	(372)	57
REDUÇÃO DE IMPOSTOS S/LUCRO	-	(482)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>23.628</b>	<b>(143)</b>
<b>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	18	1.338
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(34.691)	(13.936)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(6.663)	(395)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(41.336)</b>	<b>(12.993)</b>
<b>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	87.870	-
AQUISIÇÃO AÇÕES ACIONISTA CORSAN (AÇÕES EM TESOURARIA)	(86)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>87.784</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>70.076</b>	<b>(13.136)</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>SALDO INÍCIO PERÍODO</b>	<b>112.724</b>	<b>125.860</b>
CAIXA	26	26
BANCOS	77	8.282
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	182.697	104.416
<b>SALDO FINAL PERÍODO</b>	<b>182.800</b>	<b>112.724</b>
VARIAÇÃO	70.076	(13.136)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	(-) AÇÕES EM TESOURARIA	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>203.219</b>	<b>8</b>		<b>(41.591)</b>	<b>161.636</b>
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2024	-	-	-	(16.593)	(16.593)
<b>SALDO EM 31/12/2024</b>	<b>203.219</b>	<b>8</b>		<b>(58.184)</b>	<b>145.043</b>
AUMENTO DE CAPITAL	87.870	-	-	-	87.870
(-) AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	(86)	-	(86)
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 2025	-	-	-	(10.757)	(10.757)
<b>SALDO EM 31/12/2025</b>	<b>291.089</b>	<b>8</b>	<b>(86)</b>	<b>(68.941)</b>	<b>222.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua >>>

>>> Continuação



**PROCERGS**  
CENTRO DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2025**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

**1. Contexto Operacional**

A Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração pública direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda na prestação de serviços de informática, assessoramento técnico e publicações eletrônicas no Diário Oficial do Estado a órgãos da administração pública, outras esferas de governo e entidades privadas.

**2. Regime Tributário**

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e/ou nas melhores estimativas.

**3. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em R\$ 1.000 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária (Art.176 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 28/12/2007, pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009).

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04/03/2026 e, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12/03/2026.

**4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis**

**(a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizadas para o cumprimento das obrigações de curto prazo. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. O saldo maior em 2025, se deve, principalmente, ao recebimento do aporte de capital em julho.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	26	26
Banco do Brasil	2	0
Banco do Estado do RS (BANRISUL) - Conta Recebedora	59	8.249
Banco do Estado do RS (BANRISUL) - Conta Pagadora	16	15
EFI S/A - Cartão Pré-Pago	0	18
Caixa Econômica Federal	1	0
Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC - Aplicação Financeira	182.696	104.414
BANCO DO BRASIL - Aplicação Financeira	0	2
<b>Total</b>	<b>182.800</b>	<b>112.724</b>

**(b) Contas a Receber de Clientes**

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber de clientes, no encerramento do exercício, tinha a seguinte composição: Dos R\$ 86.898 vencidos e a vencer até 31/12/2025, foram recebidos até 31/01/2026, R\$ 23.272, que perfazem 26,7% do valor total do saldo do contas a receber de clientes.

Créditos em Aberto	2025		2024	
	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
<b>Vencidos até 2023</b>		<b>8.999</b>		<b>10.338</b>
- Administração Direta do RS	5.282		5.391	
- Administração Indireta do RS	2.145		2.148	
- Outros Mercados	1.346		2.251	
- Outros Poderes	226		548	
<b>Vencidos em 2024</b>		<b>4.253</b>		<b>12.565</b>
- Administração Direta do RS	2.745		9.593	
- Administração Indireta do RS	953		1.398	
- Outros Mercados	402		986	
- Outros Poderes	153		588	
<b>Vencidos em 2025</b>		<b>16.108</b>		<b>52.225</b>
- Administração Direta do RS	14.578		29.555	
- Administração Indireta do RS	836		16.211	
- Outros Mercados	578		5.607	
- Outros Poderes	116		852	
<b>Vencidos em 2026</b>		<b>57.538</b>		<b>-</b>
- Administração Direta do RS	37.026		-	
- Administração Indireta do RS	19.061		-	
- Outros Mercados	589		-	
- Outros Poderes	862		-	
<b>Total</b>		<b>86.898</b>		<b>75.128</b>

**(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa**

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a Procergs não seja controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996. O valor provisionado em 31/12/2025 é de R\$ 2.377 e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos há mais de 180 dias.

Vencidos	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
Mais de 180 dias	14.398	2.377	16.775	13.531
Mais que 90 e inferior a 180 dias	813	129	942	2.184
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	6.384	155	6.539	2.561
Até 30 dias	4.944	160	5.104	4.628
<b>Total</b>	<b>26.539</b>	<b>2.821</b>	<b>29.360</b>	<b>22.904</b>

**(d) Créditos de Pessoal**

Nesta rubrica estão lançados as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento e os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas.

Créditos de Pessoal	31/12/2025	31/12/2024
Antecipações de Férias	3.599	1.001
Adiantamentos de Viagens/Diárias	6	12
<b>Total</b>	<b>3.605</b>	<b>1.013</b>

**(e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar**

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em lei ou retidos de fornecedores e as contribuições a compensar em pagamentos futuros. Os créditos de PASEP e COFINS são utilizados dentro da própria competência em que são registrados. O decréscimo no valor de R\$ 22.411 em IRPJ / CSLL retidos de Clientes a Recuperar e saldos de Base Negativa, se deve à utilização dos créditos, constituídos até 2024, para pagamentos por compensação de outros tributos federais como PASEP, COFINS e INSS, durante o exercício de 2025.

Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	31/12/2025	31/12/2024
PASEP e COFINS a Compensar - Lei 10.637/02 e 10.833/03	1.522	1.200
IRPJ / CSLL retidos de Clientes a Recuperar	314	18.579
Base Negativa IRPJ/CSLL	3.424	7.570
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	117	13
IRRF - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL, ISSQN e ICMS a Compensar	3.165	3.163
<b>Total</b>	<b>8.542</b>	<b>30.525</b>

**(f) Outros Créditos**

Nesta rubrica estão contabilizados os bloqueios judiciais, valores a receber referente reembolso de funcionários cedidos e planos de saúde, parte de responsabilidade dos funcionários, que serão descontados em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/12/2025	31/12/2024
Reembolso Funcionários Cedidos	4.671	4.937
Bloqueio Judicial	15	15
Outros Créditos	310	300
<b>Total</b>	<b>4.996</b>	<b>5.252</b>

**(g) Estoques de Materiais**

O valor dos materiais em almoxarifado, ao final do exercício, era de R\$ 308 mil, avaliados pelo custo médio de aquisição. São destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia e encontram-se classificados no Ativo Circulante.

**(h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo**

Os serviços em andamento ou custos diferidos, ao final do exercício era de R\$ 4.491. Estes custos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente. São ordens de serviços, abertas em 2025, de clientes da administração direta e indireta do Estado, com contratos já em tramitação de assinaturas e com expectativa de início das receitas, para o próximo exercício.

Diferidos em Exercícios Anteriores	31/12/2025	31/12/2024
Acréscimo ao Diferido, em 2025, de Exercícios Anteriores	320	
Valor Diferido em 2025	9.271	
<b>Total dos Valores Diferidos em 2025</b>		<b>9.591</b>
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(376)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(5.074)	
<b>Total Apropriado como Custo em 2025</b>		<b>(5.450)</b>
<b>Valor Diferido para Exercícios Futuros</b>		<b>4.141</b>

**(i) Despesas do Exercício Seguinte**

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize apropria no resultado do período, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a serem apropriados até 31/12/2026 (Curto Prazo) e os valores a partir de 01/01/2027 (Longo Prazo). Em Licenças de uso de software, estão os contratos com fornecedores de subscrições de licenças, de longo prazo, que o custo é apropriado mensalmente.

Despesas do Exercício Seguinte	Curto Prazo 31/12/2025	Longo Prazo 31/12/2025	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024
Prêmios de Seguros a Apropriar	142	0	145	0
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	2.173	0	2.142	0
Vale Transporte a Apropriar	26	0	26	0
Licença de Uso Software a Apropriar	6.973	0	9.731	51
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	13	0	12	0
<b>Total</b>	<b>9.327</b>	<b>0</b>	<b>12.056</b>	<b>51</b>

**(j) Depósitos Judiciais**

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas que estão em discussão na justiça. Os depósitos a título de garantia do juízo, que são efetuados em ações em que a expectativa de perda ainda é considerada, pela área jurídica, como possível ou remota, não são constituídas provisões, conforme a norma contábil. Esses desembolsos são efetuados pela companhia, para ter a possibilidade de recorrer de decisões. Para os valores considerados como perda provável, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências Trabalhistas.

Composição do saldo em 31/12/2025:

Saldo em 31/12/2024	Depósitos	Baixas	Devolução	Atualização	Saldo em 31/12/2025
22.435	11.349	(6.249)	(901)	209	26.843

**(k) Investimentos**

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

**(l) Imobilizado**

Os ativos imobilizados adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

Em 2024, em virtude da enchente de maio, que afetou algumas áreas da companhia, ocorreram perdas de bens. Esses bens foram devidamente baixados da contabilidade, e suas baixas foram computadas em perdas no valor de R\$ 1.338. Também houve o recebimento do seguro, no valor de R\$ 6.000 referente a esses bens.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa FERCIENT Inovação e Gestão de Ativos Ltda., realizado com base em nov/2025, não foram identificadas perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2024	Aquisições	Depreciação do Período	Baixas no Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2025
Equipamentos de produção	35.787	32.007	(26.177)	-	41.617
Equipamentos de Apoio	2.316	1.309	(675)	-	2.950
Instalações/Móveis e Utensílios	2.183	259	(315)	(15)	2.112
Outros Bens Imobilizados	4.578	1.116	(312)	(3)	5.379
<b>TOTAL</b>	<b>44.864</b>	<b>34.691</b>	<b>(27.479)</b>	<b>(18)</b>	<b>52.058</b>

**(m) Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos até o exercício de 1995 estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os adquiridos a partir de 01/01/1996 deixaram de ser corrigidos em virtude de mudança na legislação (Lei 9.249 de 26/12/1995, Art. 4º). Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus intangíveis, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa FERCIENT Inovação e Gestão de Ativos Ltda., realizado com base em nov/2025, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2024	Aquisições	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2025
Software	1.273	6.663	(700)	7.236

**(n) Fornecedores**

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo, até 31/12/2025, era de R\$ 13.788 sendo que, neste, está incluído R\$1.901 lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo, em 2024, de R\$ 52, foi transferido para o curto prazo em 2025.

Abaixo, quadro demonstrativo de valores devidos a fornecedores, por vencimento. O valores vencidos há mais de 180 dias referem-se a fornecedores com valor suspenso de pagamento por falta de apresentação de documentação obrigatória ou mesmo pelo encerramento das atividades do fornecedor, sem a devida cobrança. O valor vencido de até 30 dias, foi liquidado em 27 de janeiro de 2026.

Fornecedores	Curto Prazo 31/12/2025	Longo Prazo 31/12/2025	Curto Prazo 31/12/2024	Longo Prazo 31/12/2024
Mais de 180 dias	944	-	893	-
Até 30 dias	281	-	7	-
A vencer	12.563	-	17.885	52
<b>Total</b>	<b>13.788</b>	<b>0</b>	<b>18.785</b>	<b>52</b>

**(o) Obrigações Tributárias**

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e também valores diferidos para o futuro referente a base de cálculo ainda não realizada, conforme a legislação. Os tributos Retidos na Fonte são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retidos de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/12/2025	31/12/2024
ISSQN	2.144	1.008
PASEP	1.566	1.414
COFINS	7.235	6.526
ICMS /FUST / FUNTEL	227	206
CPRB INSS S/ROB (LEI 12.546)	4.870	5.245
IR Retido na Fonte	9.877	9.311
Outros Tributos Retidos na Fonte	884	612
<b>Total de Obrigações</b>	<b>26.803</b>	<b>24.322</b>

**(p) Obrigações Sociais e Trabalhistas**

As Obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, PPR previsto a pagar em 2026, apropriado em 2025 e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
Folha de pagamento	11.298	11.240
INSS	3.368	2.462
FGTS	2.357	1.952
Rescisões	46	100
PPR	16.101	14.924
SINDPPD / Imposto sindical / Dissídio / Acordos Trabalhista	134	131
<b>Total</b>	<b>33.304</b>	<b>30.809</b>

**(q) Provisões de Férias e Encargos**

Neste item são registrados os valores de férias devida à funcionários e os respectivos encargos (INSS e FGTS), à fração de 1/12 avos ao mês, calculados pela folha de pagamento.

Provisões Trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de Férias e Encargos	32.026	30.549
<b>Total</b>	<b>32.026</b>	<b>30.549</b>

**(r) Outras Obrigações**

Neste item são registrados as consignações de valores referentes a contratação de empréstimos por funcionários com entidades financeiras, além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius descontados em folha de pagamento e repassado aos beneficiários. Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/12/2025	31/12/2024
Asprocergs	102	94
Procius (Parte funcionários)	484	507
Pensões Alimentícias	146	154
Bancos Empréstimos em Consignação	139	466
<b>Total Consignações</b>	<b>871</b>	<b>1.221</b>
Obrigações	31/12/2025	31/12/2024
Procius (Parte empresa)	630	622
Cauções de Contratos	7	7
Estagiários	62	38
Outras Obrigações	0	1
<b>Total Obrigações Procergs</b>		

>>> Continuação



**CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2025**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100



**GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em R\$ 1.000)**

a Procergs interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral assumido a defesa do processo, cujo recurso foi acolhido pelo TST, em 20/02/2024, para restabelecer a sentença de improcedência. Diante dessa decisão, o SINDPPD/RS opôs embargos de declaração que foram rejeitados pelo TST. Em 18/10/2024, o sindicato interpôs recurso de embargos à SDI-1, que está pendente de julgamento. A partir de Julho/2023 ocorreu o ingresso de ações individuais de cumprimento de sentença, sendo possível que gerem necessidade de desembolso para fins de garantia. Essas ações estão conectadas ao processo principal sendo defendidas também pela Procuradoria-Geral, mantendo até esta data a mesma classificação de risco, conforme apresentada em parecer pela PGE-Procuradoria Geral do Estado e estando a Assessoria de Gestão Trabalhista de acordo.

**6. Patrimônio Líquido**

**(a) Capital Social**

O valor do capital social subscrito é de R\$ 291.089 e está totalmente integralizado. Em Julho houve aporte de Capital no valor de R\$ 87,8 milhões pelo acionista majoritário, Estado do Rio Grande do Sul. O total de Ações é de 1.169.992.160 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:  
As ações que eram da CORSAN, foram adquiridas pela Procergs em 03/09/2025, conforme contrato de compra e venda, pelo valor de R\$ 86 mil. As ações foram classificadas como ações em tesouraria, até a deliberação e decisão dos demais acionistas, conforme PROA 250489001325-8.

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	1.167.821.223	99,81
OI S.A.	ON	1.366.594	0,12
IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,03
Ações em Tesouraria	ON	431.557	0,04
<b>Total das Ações</b>		<b>1.169.992.160</b>	<b>100,00</b>

**(b) Prejuízo Acumulado**

O prejuízo acumulado apresentado, no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

Prejuízo Acumulado	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(58.184)	(41.591)
Resultado Líquido no Exercício	(10.757)	(16.593)
<b>Saldo Final de Prejuízo Acumulado</b>	<b>(68.941)</b>	<b>(58.184)</b>

**7. Resultado do Período**

**(a) Receita Operacional Bruta**

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 603.750 apresentando um acréscimo nominal de R\$88.129 (17,09%) em relação ao exercício de 2024. O acréscimo apontado refere-se, principalmente pelo faturamento de maio de 2024 que foi abaixo do projetado para o mês, devido à enchente, que ficou R\$37.000 abaixo do mesmo mês deste ano. Desconsiderando o mês de maio, o crescimento da receita foi de 10,18% na média mensal. Os valores faturados para as entidades da administração direta e indireta do RS, que fazem parte das partes relacionadas, estão abaixo, sendo que todo o faturamento baseia-se em contratos firmados com estas entidades.

Receita Operacional Bruta	31/12/2025	31/12/2024
Administração Direta RS	349.256	292.907
Administração Indireta RS	222.569	168.048
Outros Poderes	10.310	9.956
Outros Mercados	21.615	44.710
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	<b>603.750</b>	<b>515.621</b>

**(a.1) Deduções da Receita Bruta**

As Deduções da Receita Bruta, são os tributos calculados sobre a receita bruta da Companhia. No ano de 2025, o valor foi de R\$ 82.590 que representam 13,7% sobre a receita do período e em 2024 a alíquota foi de 14,8%. A diminuição da alíquota se deve, principalmente, à desoneração da folha de pagamento, que diminuiu a alíquota de INSS de 4,5% para 3,8% sobre a receita bruta, conforme a legislação.

Deduções da Receita Bruta	31/12/2025	31/12/2024
PASEP E COFINS	40.663	36.042
INSS s/ROB (LEI 12.546)	21.733	23.187
ISSQN	17.470	14.297
ICMS	2.376	2.151
FUST E FUNTEL - ANATEL	348	528
<b>Total das Deduções s/Receita Bruta</b>	<b>82.590</b>	<b>76.205</b>

**(b) Custos dos Serviços Prestados**

Os custos dos serviços prestados apresentou um crescimento de 17,21% em relação ao exercício anterior, devido principalmente, ao aumento em pessoal próprio, com o ingresso de 124 novos funcionários no segundo semestre de 2024, reajuste em julho de 2025 de 5,18% sobre a folha de pagamento, conforme acordado no dissídio de 2025, aumento de 5% sobre a Contribuição Previdenciária Patronal, devido à reoneração parcial da folha de pagamento e o crescimento dos serviços da fábrica de software para atender as demandas de clientes.

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados à Operação	338.467	288.771
Custos de Insumos ligados à Operação	73.710	69.697
Depreciação e Amortização	27.434	27.513
Outros Custos	770	738
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(35.985)	(29.987)
<b>Total dos Custos de Serviços Prestados</b>	<b>404.396</b>	<b>356.732</b>

**(c) Despesas Com Vendas**

Despesas com Vendas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal da Área Comercial	9.983	9.910
Despesas da Área Comercial	71	4
Depreciação e Amortização	12	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	-	897
<b>Total das Despesas com Vendas</b>	<b>10.066</b>	<b>10.817</b>

**(d) Despesas Administrativas**

O principal aumento nas despesas administrativas, referem-se ao aumento na despesa com pessoal, onde estão os reajustes com o dissídio de 2024, refletido em 2025, somado ao reajuste de 5,18% pelo dissídio de 2025, pago em setembro, com retroativos a julho deste ano. Também, dentro deste valor estão R\$ 16,3 milhões que são as despesas com PDV-Programa de Desligamento Voluntário, ocorrido entre julho e novembro, com o desligamento de 46 funcionários.  
Do valor de R\$9.351 lançado em Recuperação de Despesas, em 2025, R\$7.253 refere-se ao processo nº 50366102920148210001 Prefeitura Municipal de Porto Alegre, referente a recuperação de ISSQN recolhido no exercício 2006.

Despesas Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal Administrativo	76.798	54.258
Despesas Administrativas	14.531	12.714
Depreciação e Amortização	734	642
Provisão para Contingências	19.864	18.318
Recuperação Despesas	(9.351)	(10.088)
Custos Serviços Internos Transferidos para Desp. Administrativas	35.985	29.987
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>138.561</b>	<b>105.831</b>

**(e) Resultado Financeiro**

Resultado Financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos s/Aplicações Financeiras - SIAC	17.583	9.880
Correção Monetária	2.647	1.712
Atualizações de Pagamentos de Clientes com atraso	90	36
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>20.320</b>	<b>11.628</b>
Juros Pagos ou Ocorridos	(96)	(90)
Descontos Concedidos	-	(2)
Comissões e Despesas Bancárias	(301)	(296)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(397)</b>	<b>(388)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>19.923</b>	<b>11.240</b>

**(f) Tributos Sobre o Lucro**

Em 16/10/2024, a Companhia, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, obteve junto ao Supremo Tribunal Federal, na Ação Cível Originária nº 3.695, a concessão de medida liminar na qual se determinou que a União se abstenha da cobrança de impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da PROCERGS até o encerramento do presente feito. A decisão foi referendada pelo Plenário do STF em 11/11/2024. Dessa forma, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa durante o exercício de 2025. Outros tributos como Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PASEP e COFINS, permaneceram devidos, uma vez que a imunidade alcança apenas impostos, não se estendendo às contribuições.  
No cálculo do Lucro Real, o resultado apurado também foi negativo, não havendo assim, base de cálculo positiva para pagamento da Contribuição Social, nem provisão para o próximo ano, pois as exclusões de lucros diferidos, foram todos adicionados ao resultado fiscal do ano, que resultou uma base negativa de R\$10.883.

Alíquotas Efetivas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Contábil Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	CSLL (10.757)	IRPJ (16.593)
Alíquotas Vigentes	9%	15%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	-	-
<b>(*) Adições</b>		
Lucro das Faturas recebidas no ano	307.521	277.750
Acrescimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.149	23.171
Outras Adições	136	153
<b>(-) Exclusões</b>		
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(311.840)	(255.897)
Baixas da Provisão p/contingência trabalhista	(15.807)	(27.257)
Reversão de Provisão adicionada anteriormente	(3.285)	(4.853)
<b>(=) Lucro Real</b>	<b>(10.883)</b>	<b>(3.526)</b>
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(10.883)</b>	<b>(3.526)</b>
IRPJ e CSLL a Pagar	-	-
Adicional de IRPJ de 10%	-	-
Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-
Prorrogação licença maternidade	-	-
<b>Valor Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>

**(g) Resultado Líquido do Período**

O Resultado Líquido do Exercício de 2025, apurado conforme o princípio da competência, registrou prejuízo de R\$ 10.757 milhões. Apesar do resultado negativo, houve melhora em relação a 2024, quando o prejuízo totalizou R\$ 16.593 milhões.

**8. Outras informações**

**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	328.649
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	432
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	*34.022

\* Referente Danos Materiais, Danos Corporais, Morte Acidental e Invalidez Permanente

**(b) Procius**

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto Assistencial da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para seus associados.

**09. Transações e saldos com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS24 e observando a Política interna de transações com Partes Relacionadas. Em 31 de dezembro de 2025 as partes relacionadas com a Procergs são: Estado do Rio Grande do Sul, OI S.A. e IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores a seguir evidenciam as transações entre a Procergs as partes relacionadas.

**(a) Estado do Rio Grande do Sul**

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação no ano de 2025, aos órgãos, secretarias e fundações administradas pelo Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 349.256 (R\$ 292.907 em 2024) e o saldo a receber em 2025 era de R\$ 22.605 vencidos e R\$ 37.026 a vencer.

**(b) IPE PREV - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul**

Valor faturado referente à prestação de serviços de tecnologia da informação no ano de 2025, foi de R\$ 7.329 (R\$ 6.823 em 2024) e o saldo a receber em 2025 era de R\$ 607 a vencer, pagos em janeiro de 2026.

**(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A remuneração para a Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia (Ata 137 de 01/12/2025).

Remuneração do pessoal-chave da Administração	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração e Encargos	4.896	3.934
Benefícios	300	266

**10. Eventos Subsequentes**

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos ocorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.  
Até o encerramento destas Demonstrações Financeiras, não foram identificados eventos que pudessem influenciar ou alterar nas demonstrações.

Diretoria				Contadora			
<b>LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA</b>	<b>KAREN MARIA GROSS LOPES</b>	<b>ROMERO LEITE PIMENTEL</b>	<b>MARCO ANTONIO DO AMARAL SEADI</b>	<b>SANDRO LEITE FURTADO</b>	<b>DIOGO PRESTES IORI</b>	<b>ANDRÉA GONÇALVES ALVES</b>	
DIRETOR-PRESIDENTE	Diretora de Negócios e de Relacionamento com Clientes	Diretor Administrativo-Financeiro	Diretor de Soluções Digitais	Diretor de Sistemas Transacionais	Diretor de Infraestrutura e Operações	CPF 658.564.810-20 CRC-RS nº 076011/O-6	
CPF 220.946.440-49	CPF 533.611.990-34	CPF 723.179.061-53	CPF 729.617.160-04	CPF 035.481.111-81	CPF 015.940.980-26		
Conselho de Administração							
<b>RICARDO NEVES PEREIRA</b>	<b>DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO</b>	<b>AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES</b>	<b>VICTOR HERZER DA SILVA</b>	<b>JORGE FERNANDO KRUG SANTOS</b>	<b>SONIA MARIA NOGUEIRA SACONI</b>		
Presidente	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheira		

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

AOS DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. PORTO ALEGRE – RS

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7.f – Tributos sobre o Lucro - em 16/10/2024, a Companhia, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, obteve junto ao Supremo Tribunal Federal, na Ação Cível Originária nº 3.695, a concessão de medida liminar na qual se determinou que a União se abstenha do recolhimento de impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços da PROCERGS até o encerramento do presente feito. A decisão foi referendada pelo Plenário do STF em 11/11/2024. Dessa forma, a obrigação de recolhimento do IRPJ foi suspensa durante o exercício de 2025. Outros tributos como Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PASEP e COFINS, permaneceram devidos, uma vez que a imunidade alcança apenas impostos, não se estendendo às contribuições. No cálculo do Lucro Real, o resultado apurado também foi negativo, não havendo assim, base de cálculo positiva para pagamento da Contribuição Social, nem provisão para o próximo ano, pois as exclusões de lucros diferidos, foram todos adicionados ao resultado fiscal do ano, que resultou uma base negativa de R\$ 10.883. Nossa conclusão não apresenta modificação em relação a este assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.  
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Porto Alegre, 04 de março de 2026.  
**MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC RS 4632/O  
**DIEGO ROTHERMUND MOREIRA**  
Contador CRC RS 68603  
CNAI Nº 1128  
Sócio – Responsável Técnico

Continua >>>

&gt;&gt;&gt; Continuação

**PROCERGS****CENTRO DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2025**

CNPJ 87.124.582/0001-04 - NIRE 43300020100

**GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social e tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2025. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.

Alan Pena Tosta da Silva  
Conselheiro FiscalPorto Alegre, 12 de março de 2026.  
Antônio Guido Classmann  
Conselheiro FiscalCristiano Martyniak de Lima  
Conselheiro Fiscal

# Jornal do Comércio

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

## TUDO AO SEU ALCANCE, NO SEU TEMPO.

Baixe o App e conecte-se à informação  
com apenas um clique!

**JC** | **92**  
ANOS

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=jqmEMDSQxTBZ2bleFjPSyD9lvT2oAnIHLGiZQ%2BPmuTzxGqwnPtc3Yklf8mK5bxae>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://validar.iti.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104  
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5  
Data da assinatura: 16/03/2026 00:15:10

